



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco".

No exercício de 2014, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 617 milhões, correspondente a R\$ 656,35 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 2,3 bilhões, Ativos Totais de R\$ 2,7 bilhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 918,3 milhões, com crescimento de 22,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2014	2013
ATIVO		
CIRCULANTE	1.877.698	2.013.440
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7)	1.821.989	1.973.492
Carteira Própria	1.821.989	1.973.492
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	55.675	39.879
Créditos Específicos	4.616	3.149
Diversos	51.059	36.730
OUTROS VALORES E BENS	34	69
Despesas Antecipadas	34	69
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	791.614	4.245
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	784.620	-
Aplicações no Mercado Aberto	784.620	-
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	6.975	4.234
Diversos	6.975	4.234
OUTROS VALORES E BENS	19	11
Despesas Antecipadas	19	11
PERMANENTE	44.405	41.412
INVESTIMENTOS (Nota 9)	201	201
Outros Investimentos	312	312
Provisões para Perdas	(111)	(111)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	652	953
Outras Imobilizações de Uso	3.899	3.993
Depreciações Acumuladas	(3.247)	(3.040)
INTANGÍVEL (Nota 11)	43.552	40.258
Ativos Intangíveis	53.404	45.615
Amortização Acumulada	(9.852)	(5.357)
TOTAL	2.713.717	2.059.097

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
Eventos	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal Estatutária		
Saldos em 30.6.2014	940.000	38.235	1.015.422	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	327.587
Destinações: - Reservas.....	-	16.379	308.096	(324.475)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(3.112)
Saldos em 31.12.2014	940.000	54.614	1.323.518	-
Saldos em 31.12.2012	519.000	49.025	776.677	-
Aumento de Capital com Reservas.....	281.000	(29.641)	(251.359)	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	475.322
Destinações: - Reservas.....	-	23.766	447.041	(470.807)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(4.515)
Saldos em 31.12.2013	800.000	43.150	972.359	-
Aumento de Capital com Reservas.....	140.000	(19.384)	(120.616)	-
Dividendos Exercício 2013.....	-	-	(108.484)	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	616.968
Destinações: - Reservas.....	-	30.848	580.259	(611.107)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(5.861)
Saldos em 31.12.2014	940.000	54.614	1.323.518	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro
	2014	2013	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	125.028	224.330	131.709
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7b)	125.028	224.330	131.709
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	125.028	224.330	131.709
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	340.088	656.065	546.911
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	493.240	918.269	747.935
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(10.107)	(18.910)	(18.684)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17).....	(22.559)	(39.624)	(38.692)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(57.077)	(106.515)	(86.598)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19a).....	789	1.874	2.588
Outras Despesas Operacionais (Nota 19b).....	(64.198)	(99.029)	(59.638)
RESULTADO OPERACIONAL	465.116	880.395	678.620
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	27.692	50.140	36.008
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	492.808	930.535	714.628
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(165.221)	(313.567)	(239.306)
LUCRO LÍQUIDO	327.587	616.968	475.322
Número de cotas (Nota 14a)	940.000.000	940.000.000	800.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	348,50	656,35	594,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Eventos	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		%
	2014	%	2014	%	
1 - RECEITAS	582.551	103,9	1.095.584	103,7	858.602
1.1) Intermidação Financeira.....	125.028	22,3	224.330	21,2	131.709
1.2) Prestação de Serviços.....	493.240	88,0	918.269	87,0	747.935
1.3) Outras	(39.717)	(6,4)	(47.015)	(4,5)	(21.042)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(18.691)	(3,3)	(34.366)	(3,2)	(36.140)
Materiais, Água e Energia	(622)	(0,1)	(1.380)	(0,1)	(1.007)
Serviços Técnicos Especializados	(4.150)	(0,7)	(8.142)	(0,8)	(10.153)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(455)	(0,1)	(1.166)	(0,1)	(2.692)
Comunicações	(6.576)	(1,2)	(12.702)	(1,2)	(9.161)
Contribuições Filantrópicas	(3.533)	(0,6)	(4.616)	(0,4)	(7.832)
Processamento de Dados.....	(1.469)	(0,3)	(2.759)	(0,3)	(1.974)
Viagens	(766)	(0,1)	(1.447)	(0,1)	(1.253)
Transportes	(546)	(0,1)	(998)	(0,1)	(865)
Manutenção e Conservação de Bens	(125)	-	(174)	-	(156)
Outras	(449)	(0,1)	(982)	(0,1)	(1.047)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	563.860	100,6	1.061.218	100,5	822.462
4 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(3.641)	(0,6)	(4.813)	(0,5)	(2.167)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	560.219	100,0	1.056.405	100,0	820.295
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	560.219	100,0	1.056.405	100,0	820.295
6.1) Pessoal	7.724	1,4	14.488	1,5	14.548
Proventos	4.368	0,8	7.948	0,8	7.891
Benefícios	2.234	0,4	4.360	0,4	4.182
FGTS	282	0,1	556	0,1	583
Outros Encargos	840	0,1	1.624	0,2	1.892
6.2) Impostos, Taxas e Contribuições	224.681	40,1	424.504	40,2	330.040
Federais	215.326	38,4	406.897	38,5	315.591
Municipais	9.355	1,7	17.607	1,7	14.449
6.3) Remuneração de Capitais de Terceiros.....	227	-	445	-	385
Aluguéis	227	-	445	-	385
6.4) Remuneração de Capitais Próprios	327.587	58,5	616.968	58,3	475.322
Dividendos	3.112	0,6	5.861	0,6	4.515
Lucros Retidos	324.475	57,9	611.107	57,7	470.807

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro
	2014	2013	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	492.808	930.535	714.628
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	4.446	5.316	2.514
Depreciações e Amortizações	3.641	4.813	2.167
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	805	503	341
Perda na Venda de Imobilizado	-	-	6
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	497.254	935.851	717.142
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(784.620)	(784.620)	-
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	321.154	151.503	(485.436)
Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(17.082)	(7.991)	(7.991)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	64.122	85.493	(13.371)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(76.491)	(249.200)	(196.469)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	4.337	120.805	13.875
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(20)	(29)	(176)
Alienação de Imobilizado de Uso	1	12	18
Aquisição de Intangível.....	(4.318)	(7.788)	(10.034)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(4.337)	(7.805)	(10.192)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	-	(113.000)	(3.683)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(113.000)	(3.683)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil					
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		%
	2014	%	2014	%	
1 - RECEITAS	582.551	103,9	1.095.584	103,7	858.602
1.1) Intermidação Financeira.....	125.028	22,3	224.330	21,2	131.709
1.2) Prestação de Serviços.....	493.240	88,0	918.269	87,0	747.935
1.3) Outras	(39.717)	(6,4)	(47.015)	(4,5)	(21.042)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(18.691)	(3,3)	(34.366)	(3,2)	(36.140)
Materiais, Água e Energia	(622)	(0,1)	(1.380)	(0,1)	(1.007)
Serviços Técnicos Especializados	(4.150)	(0,7)	(8.142)	(0,8)	(10.153)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(455)	(0,1)	(1.166)	(0,1)	(2.692)
Comunicações	(6.576)	(1,2)	(12.702)	(1,2)	(9.161)
Contribuições Filantrópicas	(3.533)	(0,6)	(4.616)	(0,4)	(7.832)
Processamento de Dados.....	(1.469)	(0,3)	(2.759)	(0,3)	(1.974)
Viagens	(766)	(0,1)	(1.447)	(0,1)	(1.253)
Transportes	(546)	(0,1)	(998)	(0,1)	(865)
Manutenção e Conservação de Bens	(125)	-	(174)	-	(156)
Outras	(449)	(0,1)	(982)	(0,1)	(1.047)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	563.860	100,6	1.061.218	100,5	822.462
4 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(3.641)	(0,6)	(4.813)	(0,5)	(2.167)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	560.219	100,0	1.056.405	100,0	820.295
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	560.219	100,0	1.056.405	100,0	820.295
6.1) Pessoal	7.724	1,4	14.488	1,5	14.548
Proventos	4.368	0,8	7.948	0,8	7.891
Benefícios	2.234	0,4	4.360	0,4	4.182
FGTS	282	0,1	556	0,1	583
Outros Encargos	840	0,1	1.624	0,2	1.892
6.2) Impostos, Taxas e Contribuições	224.681	40,1	424.504	40,2	330.040
Federais	215.326	38,4	406.897	38,5	315.591
Municipais	9.355	1,7	17.607	1,7	14.449
6.3) Remuneração de Capitais de Terceiros.....	227	-	445	-	385
Aluguéis	227	-	445	-	385
6.4) Remuneração de Capitais Próprios	327.587	58,5	616.968	58,3	475.322
Dividendos	3.112	0,6	5.861	0,6	4.515
Lucros Retidos	324.475	57,9	611.107	57,7	470.807

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil		
	2014	2013
ATIVO		
C		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras
São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.
Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.
Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.
• Outros créditos
Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.
• Passivo circulante
I - Obrigações com consorciados
As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.
II - Valores a repassar
Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.
III - Obrigações por contemplações a entregar
Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.
IV - Recursos a devolver a consorciados
Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.
V - Recursos dos grupos
Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.
• Contas de compensação
I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados
Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.
II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições
Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.
III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações
Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Instituição não apresentava saldos em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2014 o valor correspondente a R\$ 784.620 mil, refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3)	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	258	80.631	185.287	266.176	266.176	-
Certificados de depósito bancário	-	1.425	-	27.671	29.096	29.096	-
Debêntures	-	-	-	40.834	40.834	40.834	-
Letras do tesouro nacional	21.968	4.169	-	9.960	36.097	36.097	-
Notas do tesouro nacional	479.988	-	-	552	480.540	480.540	-
Letras financeiras	28.574	5.396	38.956	890.422	963.348	963.348	-
Outras	5.898	-	-	5.898	5.898	5.898	-
Total em 2014	536.428	11.248	119.587	1.154.726	1.821.989	1.821.989	-
Total em 2013	277.253	124.912	406.748	1.164.579	-	-	1.973.492

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreadas as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, as aplicações em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.821.989 mil (2013 - R\$ 1.973.492 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Posição bancada	34.620	-
Subtotal	34.620	-
Títulos de renda fixa	189.710	131.709
Total	224.330	131.709

8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições a compensar	28.940	20.064
Pagamentos a ressarcir	22.410	15.833
Devedores por depósitos em garantia	5.036	3.674
Valores específicos - cobrança judicial	4.179	2.819
Créditos tributários (Nota 24c)	1.553	1.264
Bens retomados após encerramento	437	330
Outros adiantamentos	95	129
Total	62.650	44.113

9) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
- Certificados de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais	(111)	(111)
Total geral dos investimentos	201	201

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação
Imóveis de uso:				
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.406	(1.907)	499
Sistemas de segurança	10%	18	(13)	5
Sistemas de processamento de dados	20%	1.475	(1.327)	148
Total em 2014		3.899	(3.247)	652
Total em 2013		3.993	(3.040)	953

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	53.404	(9.852)	43.552
Total em 2014		53.404	(9.852)	43.552
Total em 2013		45.615	(5.357)	40.258

12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.
I - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.
II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.
III - Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2014	67	1.982	147
Constituição de provisões/reversões	-	601	(114)
Atualização monetária	14	-	2
Pagamentos	(26)	-	-
No final do exercício de 2014 (Nota 13)	55	2.583	35

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
d) Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	183.275	137.289
Impostos e contribuições a recolher	10.767	8.695
Provisões para riscos - fiscais (Nota 12b)	35	147
Total	194.077	146.131

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	175.964	75.604
Provisões para pagamentos a efetuar	7.021	7.338
Recursos pendentes	4.616	3.149
Processos judiciais em andamento	3.579	3.804
Provisões para riscos - cíveis (Nota 12b)	2.583	1.982
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 12b)	55	67
Outros valores	1.830	998
Total	195.647	92.942

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 940.000 mil (31.12.2013 - R\$ 800.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 940.000.000 (31.12.2013 - 800.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2013	800.000.000	800.000
Aumento de capital (1)	140.000.000	140.000
Em 31 de dezembro de 2014	940.000.000	940.000

(1) Em 28 de abril de 2014 o Instrumento de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 140.000 mil, elevando-o de R\$ 800.000 mil para R\$ 940.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal", no montante de R\$ 19.384 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 120.616 mil, com a criação de 140.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil em 1.7.2014.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros	1.378.132	1.015.509
- Reserva legal (1)	54.814	43.150
- Reserva estatutária (2)	1.323.518	972.359

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido	616.968	475.322
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(30.848)	(23.766)
Base de cálculo	586.120	451.556
Dividendos propostos	5.861	4.515
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	6,24	5,64

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços, nos respectivos exercícios correspondem aos valores de R\$ 918.269 mil (2013 - R\$ 747.935 mil) e referem-se basicamente à taxa de administração de grupos de consórcios.

16) DESPESA DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2014	2013
Proventos	7.948	7.891
Encargos sociais	4.979	4.719
Benefícios	4.360	4.182
Participação dos empregados nos lucros	1.467	1.517
Outras	156	375
Total	18.910	18.684

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2014	2013
Comunicações	12.702	9.161
Serviços técnicos especializados	8.142	10.153
Depreciações e amortizações	4.813	2.167
Contribuições filantrópicas	4.616	7.832
Processamentos de dados	2.759	1.974
Viagens	1.447	1.253
Material	1.380	1.007
Propaganda, promoções e publicidade	1.166	2.692
Transportes	998	865
Aluguéis	445	385
Manutenção e conservação de bens	174	156
Outras	982	1.047
Total	39.624	38.692

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2014	2013
Contribuição à COFINS	73.046	59.277
Impostos sobre serviços - ISS	17.608	14.449
Contribuição ao PIS	15.859	12.870
Outros	2	2
Total	106.515	86.598

19) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2014	2013
Reversão de provisão	1.391	984
Atualização monetária de depósito em garantia	270	176
Recuperação de encargos e despesas	97	2
Outras (1)	116	1.426
Total	1.874	2.588

(1) Em 2013, inclui R\$ 1.277 mil referente a valores prescritos.

b) Despesas

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2014	2013
Comissões	50.468	39.402
Doações	10.560	-
Detran	9.865	6.738
Patrocínio	8.236	-
Gravames	5.300	3.785
Ações de reconhecimento	4.283	1.767
Indenizações cíveis	2.468	1.243
Taxa de avaliação	2.084	2.060
Historia	1.963	1.475
Outras	3.802	3.168
Total	99.029	59.638

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Exerc		
-------	--	--



Bradesco
Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuço Cappi

Diretores Vice-Presidentes
Domingos Figueiredo de Abreu
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Marco Antonio Rossi
Marcelo de Araújo Noronha

Diretor Superintendente
Octávio de Lazari Júnior

Diretores
Hélio Vivaldo Domingues Dias
Maurício Gomes Maciel

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1